



JOSÉ DE ALENCAR E A ORGANIZAÇÃO DO CAMPO INTELECTUAL DO SEGUNDO IMPÉRIO

Vera Lúcia Albuquerque de Moraes*

O século XIX inaugura uma nova maneira de pensar e de inscrever o Brasil na modernidade ocidental, pois é o momento em que ocorrem grandes transformações políticas e sociais. Com a chegada da Corte de Dom João VI ao Brasil, em 1808, a cultura brasileira passa a ser profundamente afetada, especialmente no campo intelectual, pela absorção de princípios liberais decorrentes da mudança do estatuto da ex-colônia em Império¹.

Transformado em Reino Unido já em 1815, o Brasil distanciava-se, aos poucos, de seu antigo contexto colonial, ganhando uma autonomia relativa. O Estado português transplantado reproduziu o seu aparelho administrativo e o regente - denominado também “rei do Brasil” - administrava todo o Império. A partir de então, o Rio de Janeiro tornou-se capital de Portugal como também de suas possessões na África e na Ásia, e os portos brasileiros abriram-se ao comércio britânico, segundo acerto feito com a coroa inglesa, alterando radicalmente a situação da colônia portuguesa na América.

Entraria no Brasil toda uma agenda de festas e também uma etiqueta real, pois, junto com a burocracia lusitana, chegaram as missas de ação de graças, as embaixadas e as grandes cerimônias da corte. A construção de monumentos, arcos de triunfo, e a prática das procissões desembarcaram com a família real, que tentou modificar sua situação desfavorável, repatriando o teatro da corte e instaurando uma nova “lógica do espetáculo” que tinha, entre outros, os objetivos de criar uma memória, dar visibilidade e engrandecer essa situação inusitada. Entretanto, o que vale a pena ressaltar é

que a vinda da família real representou um fator fundamental para que a solução monárquica criasse raízes no Brasil e garantisse a unidade territorial. No campo político, contavam as elites locais com dois problemas fundamentais: de um lado, manter a unidade política; do outro, garantir a ordem social. É nesse sentido que o poder simbólico de um “rei”, acima das divergências de ordem particular, impôs-se como saída, no sentido de congregar esse território gigantesco, marcado por profundas diferenças.

Cultura e política convergem, dando início à formação do Estado Nacional Brasileiro. A autonomia política teve grande importância na organização dos intelectuais, das instituições e das ideologias que tiveram vigência nas primeiras décadas desse século. O Império brasileiro realizou uma engenhosa combinação de elementos importados: na organização política, inspirava-se no constitucionalismo inglês, via Benjamin Constant, ensaiando um governo de gabinete com partidos nacionais, eleições, imprensa livre; em matéria administrativa, a inspiração veio de Portugal e da França, pois eram esses os países que mais se aproximavam da política centralizante do Império; por fim, absorveu certas fórmulas anglo-americanas, como a justiça de paz e o júri. (Carvalho: 1998, p.23).

Todas essas importações serviam à preocupação central que era a organização do Estado em seus aspectos político, administrativo e judicial. Somente no final do Império, começaram a ser discutidas questões relacionadas à formação da nação, com a redefinição da cidadania². Após

* Professora do Departamento de Literatura e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFC.

¹ Lília Moritz Schwarcz (1999) considera que vários historiadores têm procurado entender a originalidade da monarquia brasileira, vinculando-a à chegada da família real ao Brasil de 1808. De fato, é inusitado pensar uma colônia sediando a capital de um império. A instalação, no Brasil, da corte portuguesa que fugia das tropas napoleônicas, representou um significativo momento da história nacional em seu processo singular de emancipação. Fuga ou golpe político, o fato é que se transferiram para o país várias instituições metropolitanas e a própria corte portuguesa - cujo número estimado de pessoas chegava a 20 mil, contando a cidade do Rio de Janeiro com apenas 60 mil habitantes, naquela época.

² “A contribuição típica do Romantismo para a caracterização literária do escritor é o conceito de missão. Os poetas se sentiram sempre, mais numas fases que noutras, portadores de verdades ou sentimentos superiores aos dos outros homens: daí, o furor poético, a inspiração divina, o transe, alegados como fonte de poesia. (...) O poeta romântico não apenas retoma em grande estilo as explicações transcendentais do mecanismo da criação, como lhes acrescenta a idéia de que a sua atividade corresponde a uma missão de beleza, ou de justiça, graças à qual participa de uma certa categoria de divindade”. (Candido: 1976, p. 26-7).

a consolidação da unidade política, conseguida em torno da metade do século, o **tema nacional** voltou a ser colocado, inicialmente na literatura: *O Guarani*, romance de José de Alencar, publicado em 1857, buscava, de acordo com o estilo romântico, definir uma identidade nacional por meio da ligação simbólica entre uma jovem loura e um guerreiro indígena. A união das duas raças em ambiente de exuberância tropical, longe das marcas da civilização européia, indicava uma primeira tentativa de esboçar o que seriam as bases de uma comunidade nacional com identidade própria.

A diplomacia britânica reconhecia a independência e negociava o tratado assinado com Portugal; todavia não incentivava a presença brasileira no continente africano, como também não apoiava o plano de tornar Angola independente, incorporando-a ao império brasileiro. Por outro lado, a emancipação brasileira provocou reação em várias regiões africanas, integradas à zona de exportação do Império. Na Guiné, em Angola e em Moçambique, grupos de mercadores africanos propõem a união com os rebeldes do Rio de Janeiro. A independência do Brasil era obtida, dessa forma, valendo-se de compromissos intercontinentais, uma vez que era preciso garantir a continuidade do comércio lícito com os Estados Unidos e a Europa, assim como a importação dos escravos africanos.

O universo do trabalho resumia-se ao mundo dos escravos: vendedores ambulantes, negras quituteiras, negros de ganho, oferecendo-se como pedreiros, barbeiros, carpinteiros - eram figuras obrigatórias nas ruas da cidade. Entretanto, a vivacidade dessas ruas não correspondia à estrutura de uma sociedade hierarquizada, violenta e desigual, passando a evidenciar-se uma grande contradição que se resumia na pergunta: como afirmar a imagem civilizada e constitucional dessa monarquia ao lado da realidade escravocrata? Durante o Segundo Reinado (1840-1889), surgiram instituições culturais oficialmente encarregadas de elaborar um conceito de nação para o Brasil, como os Institutos Históricos e Academias Científicas e Artísticas. Ao longo do século XIX, o campo intelectual se complexifica: a chamada “geração de 1870” tornou-se responsável pela introdução de debates sobre questões sociais emergentes, como a Abolição e a República³.

No período compreendido pela Primeira República (1889-1930), já se observam mudanças na sociedade brasileira e, em particular, no campo intelectual: a Academia Brasileira de Letras, de 1897, uma das instituições culturais mais prestigiadas, pode ser considerada como o “lugar de fala” oficial da intelectualidade do início do

século XX. (Veloso e Madeira: 1999). A partir do século XVIII, a ruptura que ocorreu no campo do saber, advinda dos princípios do Iluminismo europeu, acentuou-se em algumas idéias que marcaram o século XIX: razão, ciência, progresso e evolução. O conceito de História, formulado de acordo com um princípio evolutivo, ligado à temporalização das estruturas de conhecimento, procura romper com o “fixismo” do pensamento clássico para quem o tempo não era concebido como princípio de desenvolvimento dos seres vivos. Desse conceito de História, podemos fazer derivar as novas disciplinas científicas - a Biologia e a Filologia - como também a Economia e as novas idéias políticas vinculadas ao Liberalismo: liberdade, Estado-nação, democracia:

Geradas na Europa, essas idéias foram aqui transformadas e tiveram enorme importância na formação do “modo de ser” do Novo Mundo, sequioso por liberdade, pela saída de sua situação colonial, sequioso por progresso e por constituir autonomamente sua identidade. (Veloso e Madeira, 1999, p. 61).

Na América Latina e, particularmente, no Brasil, os princípios da Ilustração e do Liberalismo condensaram-se sobretudo em torno dos movimentos independentistas. A necessidade de criar uma identidade brasileira foi a principal tarefa em que intelectuais e artistas investiram, pois acreditavam que tinham a **missão** de construir uma pátria por intermédio da arte, da ciência e da política. Para tanto, era preciso descobrir valores que pudessem dar sustentação a essa identidade: a natureza, o índio, a idealização de um passado heróico mostram como as imagens brasileiras, geradas ao longo do século XIX, podem ser entendidas como objetivações desse ideário. As expedições científicas, práticas inauguradas no século XVIII, intensificaram-se ao longo do século XIX, e os relatos que delas resultaram foram responsáveis pela criação de um imaginário que não apenas modelou a percepção européia sobre a América como também a dos americanos sobre eles próprios. Os discursos literários e científicos de então foram os responsáveis pela criação da **ideologia nativista**, que se desdobrou em narrativas e imagens da natureza tropical e do índio, presentes nas obras dos escritores românticos.

Segundo Antonio Candido, em “Literatura e subdesenvolvimento” (1989, p. 140), a idéia de que a América constituía um lugar privilegiado se exprimiu em projeções utópicas que atuaram na fisionomia da conquista e da colonização: esse estado de euforia foi herdado pelos intelectuais latino-americanos, que o transformaram em instrumentos de

³ “Na segunda metade do século passado, Portugal não conseguia resolver seus mais prementes problemas internos, nem acertar o passo com seus parceiros europeus, nem recuperar uma reputação mais digna - quanto à economia, à política ou à moral. Desse contexto de penúria e atraso emerge a geração de 70, que atira farpas, a torto e a direito, na tentativa de erradicar as chagas do continuísmo mais indigente, contra o qual ela se anunciava como efetiva ruptura. Essa geração congregou escritores que possuíam traços comuns bastante pronunciados, entre eles, Eça de Queirós e Antero de Quental. Os escritores do grupo beberam na França, em Proudhon ou Comte; na Alemanha, em Hegel ou Marx; na Inglaterra, em Darwin ou Spencer. Daí lhes vem um estado de consciência comum a todos: a noção do contraste entre o mundo civilizado e a pequena pátria degradada por três séculos de decadência.” (Dantas: 1999, p. 23).



afirmação nacional e em justificativa ideológica. A literatura, favorecida pelo Romantismo, se faz linguagem de celebração: o céu do Brasil era mais azul, suas flores mais viçosas, sua paisagem mais inspiradora, como se pode ler no poema *Canção do exílio* de Gonçalves Dias (1823-1864), considerado paradigma dessas disposições. A idéia de **pátria** se vinculava estreitamente à de **natureza** porque ambas conduziam a uma literatura que compensava o atraso material e a debilidade das instituições por meio da supervalorização dos aspectos regionais, fazendo do exotismo razão de otimismo social.

Apesar da autonomia que foram adquirindo, as literaturas latino-americanas constituem, em parte, um reflexo das literaturas européias, sobretudo a francesa, a partir do século XIX. Essa influência foi considerada sociologicamente inevitável, pois a situação de povo colonizado e dependente favorecia a idéia de um transplante de outras culturas. Assimilando modelos e formas importadas, a literatura brasileira, entretanto, caminhou em busca de temas novos e de sentimentos diferentes. No Brasil, esse é considerado o momento privilegiado para a observação de como foi organizado o campo intelectual, e de como se processaram a recepção seletiva e a reelaboração das idéias estrangeiras que serviram para implementar práticas políticas, científicas e estéticas.

A transferência da corte real portuguesa para o Brasil significou a transformação política do *status* do país que passa de Colônia para Reino Unido a Portugal e Algarves. Esse acontecimento exige a criação de formas de organização e reordenamentos político-institucionais: a vida social ganha nova dinâmica que atinge praticamente todas as dimensões da vida social, mudando a fisionomia do país, principalmente das cidades, por meio de estratégias culturais, estéticas e políticas⁴. Assiste-se, também, à tentativa de organização da vida intelectual, impulsionada pela presença de artistas, cientistas e arquitetos que integraram a comitiva de Dom João VI e, em seguida, pela Missão Artística Francesa que chegou ao Rio de Janeiro em 26 de março de 1816, trazendo pintores, escultores, engenheiros, artesãos, etc. Foram criadas diversas instituições culturais, como a Imprensa Régia, a Biblioteca Real, o Banco do Brasil; o Jardim Botânico, criado como Real Horto (1808); a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios; a Escola Médico-Cirúrgica de Salvador (1815) e do Rio de Janeiro (1813); a Academia Real Militar (1811)

a Escola Naval (1808); e o Museu Imperial (1818). Embora o acesso a tais instituições ficasse restrito a grupos de elite, elas deveriam garantir critérios de legitimação às práticas culturais da sociedade. As transformações mencionadas exigiram que se introduzissem mudanças administrativas e melhorias técnicas: no campo da cultura, conseqüências imediatas podem ser observadas na absorção de hábitos modernos provindos de grandes centros urbanos, como Paris e Londres. O Rio de Janeiro, sede da Corte e palco das transformações urbanas mais visíveis, tornou-se o principal modelo dos novos hábitos e dos novos costumes, difundindo-os por todo o Brasil. Uma “cultura da exterioridade” é enfatizada por cronistas e viajantes que deixaram suas memórias sobre o Brasil. Tomando por base esses relatos, pode-se inferir que aqui se constituiu uma cultura primordialmente voltada para fora, isto é, para o conforto material, o luxo e os encantos exteriores da vida social, antes de ser criada uma consciência da necessidade de serem implantadas instituições voltadas para o ensino e para a educação.

O domínio português, entretanto, não se dá sem contestação: o descontentamento com privilégios e concessões que favoreciam os interesses portugueses em detrimento dos brasileiros (aumento de impostos, altos postos militares reservados aos portugueses, etc.), o repúdio dos proprietários rurais do Nordeste à centralização política da Coroa, o difícil momento econômico provocado pela queda do preço do açúcar e do algodão e o forte sentimento de desfavorecimento regional detonaram uma grande revolta, agregando militares, proprietários de terra, juizes, comerciantes, artesãos e sacerdotes. A rebelião que avançou de Recife em direção ao sertão, estendendo-se a Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, foi debelada, em dois meses, com a violenta punição dos líderes. Desse movimento participou um jovem padre cearense⁵, estudante do Seminário de Olinda - José Martiniano Pereira de Alencar, pai do escritor José de Alencar, que se entusiasmou com os ideais republicanos e assumiu a missão de levar a revolta para o Cariri, atravessando as fronteiras pelo mato, na tentativa de evitar a vigilância das milícias do Coronel Sampaio, governador da Província do Ceará. A família Alencar, liberal exaltada, encontrava-se toda envolvida nessa causa, inclusive D. Bárbara de Alencar, mãe do diácono, o irmão Tristão de Alencar e o tio Leonel Pereira de Alencar.

⁴ Esse tema tem sido objeto de polêmica da intelectualidade contemporânea como Schwarz: 1977 e 1988; Rouanet: 1994; Bosi: 1992; Santiago: 1978, Candido: 1989, Sevcenko: 1977 - para citar apenas alguns - que consideram essa problemática comum a todas as culturas que passaram pela experiência da colonização e que construíram seu lugar de fala a partir de uma posição considerada, de antemão, como subalterna.

⁵ Cavalcanti Proença (1958) considera que a república proclamada no Ceará, em 1817, teve vida breve, resultando na prisão de José Martiniano e de sua mãe, D. Bárbara de Alencar. Levados para Fortaleza, dali a Pernambuco e, finalmente, à Bahia, passaram quatro anos encarcerados. Em 1821, José Martiniano sai da prisão, sendo eleito deputado. Viaja para Lisboa e, ao ter notícia da Independência, deixa Portugal sem passaporte, fugindo para a Inglaterra, a fim de tomar um vapor de volta ao Brasil. Em 1822, recebe o diploma de Constituinte. Em 1824, retorna ao Ceará, participando de outra rebelião, chefiada por Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. Mais uma vez, é preso, voltando ao Rio de Janeiro, numa longa viagem, através de Minas Gerais. Absolvido, depois de um ano de prisão, é eleito deputado pelo Ceará e por Minas. Em 1832, eleito senador, é o primeiro a ser escolhido pela Regência. (Menezes: 1977).



Um dos fatores que acabaram promovendo a independência política do Brasil foi a Revolução Portuguesa de 1820, movida pela crise econômica que afetava Portugal, a partir do fim do monopólio comercial com a ex-colônia. Essa Revolução também foi acionada por uma crise política e militar, decorrente principalmente da ausência do rei e dos órgãos do governo e, conseqüentemente, da excessiva presença inglesa no país, inclusive nos altos postos de comando. Temendo a perda do trono e atendendo aos apelos dos revolucionários e das facções portuguesas no Brasil, interessadas na recuperação de antigos privilégios coloniais, D. João regressa a Portugal, em abril de 1821, acompanhado de uma comitiva de quatro mil pessoas. Esse deslocamento, como na época da vinda da Corte, também implicou uma nova transferência de riqueza, deixando o país numa situação econômica precária. Permaneceu no Brasil o príncipe regente, futuro D. Pedro I, para lidar com as insatisfações portuguesas e brasileiras. Crescia o desejo de independência frente às estratégias de subordinação empreendidas pelas Cortes, as quais exigiam o imediato retorno a Portugal do príncipe regente. A permanência de D. Pedro significou a opção pela ruptura com Portugal e um estímulo à formalização da Independência, dentro dos moldes de uma Monarquia Constitucional.

A principal missão das elites brasileiras consistiu em organizar o país, garantindo a sua unidade contra um possível esfacelamento em repúblicas separatistas. A grande preocupação dessas elites era ver o país enveredar pelo caminho republicano, visto como verdadeira ameaça à integridade do território e à ordem pública. A alternativa considerada mais adequada à manutenção da unidade territorial e à estabilidade social foi a consolidação da monarquia. Mergulhado numa imensa crise econômica, agravada com a guerra em torno da região Cisplatina, o período de D. Pedro I é de penúria para a população desfavorecida e de revolta dos senhores de terra à beira da ruína. A Confederação do Equador e a crescente impopularidade do monarca, além da falta de apoio das camadas populares, culminaram com sua abdicação em favor do filho, no ano de 1831.

O esforço de renovação é conduzido pelos intelectuais que não ficaram imunes à duplicidade dos moldes estéticos, retratando contraditoriamente as terras brasileiras e os habitantes nativos em cenários, enredos e sentimentos tipicamente clássicos. O teatro, no Rio de Janeiro, também se desenvolve, na primeira metade do século XIX, com os esforços do ator João Caetano. São desse período as comédias de Martins Pena, aludindo, ironicamente, ao cotidiano da Corte. Entre as décadas de 50 e 70, o escritor José de Alencar irá contribuir para a produção teatral com as obras *O crédito*, *Verso*

e reverso, *Demônio familiar*, *As asas de um anjo*, *Mãe* e *O jesuíta*, além de inspirar a ópera *O Guarani*, conduzida por Carlos Gomes.

Assiste-se à perda progressiva dos valores e modelos lusitanos: a hegemonia da cultura francesa é notória em diversos setores - moda, arquitetura, etiqueta, obras de arte e literatura; também em práticas sociais ligadas à freqüência de festas e bailes, salões e saraus literários; o apoio às instituições culturais como o Teatro Lírico, o Instituto Histórico e Geográfico e, posteriormente, a Academia Brasileira de Letras. Os intelectuais brasileiros, instigados pela expansão econômica inglesa e a pretensão de hegemonia cultural da França, procuraram conciliar as tendências emergentes aos interesses locais. No plano das idéias, o Liberalismo, tanto político quanto econômico, adquire enorme ressonância, consolidando a posição de novos atores internacionais, onde se destacava a Inglaterra. Nesse aspecto, uma especificidade merece destaque, no que se refere à recepção do ideal liberal pela cultura brasileira: desvinculando a liberdade da igualdade, procurou-se implantar aqui um regime que garantisse as liberdades econômicas embora mantivesse as desigualdades sociais presentes em uma sociedade escravocrata.

O Brasil era um país agrário e independente, dividido em latifúndios, cuja produção dependia do trabalho escravo por um lado, e, por outro, do mercado externo. Roberto Schwarz (1992) considera ser inevitável a presença entre nós do raciocínio econômico burguês - a prioridade do lucro, com seus corolários sociais - uma vez que essa visão dominava o comércio internacional, para onde a nossa economia estava voltada. A independência havia sido declarada em nome de idéias francesas, inglesas e americanas, variadamente liberais, que assim passaram a fazer parte de nossa identidade nacional. Por outro lado, esse conjunto ideológico iria chocar-se com a escravidão: "*Sendo uma propriedade, o escravo pode ser vendido, mas não despedido. O trabalhador livre, nesse ponto, dá mais liberdade a seu patrão, além de imobilizar menos capital*". (Schwarz: 1992, p. 14). No período da Independência, havia consenso na classe dominante sobre a necessidade do rompimento com os laços coloniais e da reformulação das bases do poder político legítimo. Tudo indicava que a alternativa ao colonialismo consistia no Liberalismo, que representava, à época, o progresso, a modernização e a civilização. Esse conjunto de idéias mostrou sua eficácia na capacidade de incentivar o movimento emancipatório da Colônia⁶.

Sérgio Buarque de Holanda (1999) comenta a predominância do caráter comercial da empresa colonizadora portuguesa, em detrimento da organização e institucionalização

⁶ Schwarz observa também que a colonização produziu três classes de população: o latifundiário, o escravo e o "homem livre", que era, na verdade, dependente. Não sendo proprietários e nem proletários, esses "homens livres" dependiam materialmente do "favor" de uma pessoa rica para ter acesso à vida social e seus bens. Na literatura, a figura do "agregado" é sempre vista de forma depreciativa ou caricata por escritores como José de Alencar e Machado de Assis que consideravam a prática do "favor" uma trilha de deturpação moral e deterioração ética dos costumes da sociedade.



da vida cultural, especialmente no que concerne à criação de cursos superiores - ao contrário da Coroa espanhola, que, desde o século XVI, dotou suas colônias de universidades. A predominante burguesia mercantil, aqui desenvolvida, não precisou adotar um modo de agir e pensar novo ou instituir uma nova escala de valores, sobre os quais firmasse seu predomínio: procurou, antes, associar-se às antigas classes dirigentes, assimilar seus princípios e guiar-se pela tradição.

Os elementos aristocráticos não foram alijados completamente e as formas de vida herdadas da Idade Média conservaram, em parte, seu prestígio antigo, uma vez que não só o imaginário da burguesia urbana, mas da população em geral, deixava-se contagiar pelo resplendor da existência palaciana com seus títulos e honrarias. Por estranho que pareça, a própria ânsia exibicionista dos brasões, a profusão de nobiliários e livros de linhagem constituem, em verdade, uma das faces da tendência para o nivelamento das classes, que ainda tomam por medida certos padrões de prestígio social longamente estabelecidos e estereotipados. (Holanda: 1999, p. 37).

Esse autor também considera que uma “digna ociosidade” sempre pareceu mais nobilitante a um “bom português”, ou a um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia. O que ambos admiravam como ideal era uma vida de “grande senhor”, excludente de qualquer esforço, de qualquer preocupação. E assim, enquanto povos protestantes preconizam e exaltam o esforço manual, as nações ibéricas colocam-se do ponto de vista da Antigüidade Clássica: o que entre elas predominava era a concepção antiga de que o ócio importa mais que o negócio e de que a atividade produtora é, em si, menos valiosa que a contemplação e o amor. Ainda segundo Holanda, é curioso notar como algumas características ordinariamente atribuídas aos nossos indígenas e que os fazem menos compatíveis com a condição servil - sua ociosidade, sua aversão a todo esforço disciplinado, seu gosto acentuado por atividades antes predatórias do que produtivas - ajustam-se aos tradicionais padrões de vida das classes nobres. Ele considera que talvez seja esse um motivo para que escritores brasileiros - como Gonçalves Dias e José de Alencar - ao procurarem traduzir em termos nacionais a temática da Idade Média, peculiar ao romantismo europeu, reservassem virtudes convencionais de antigos fidalgos e cavalheiros ao índio, ao passo que o negro deveria contentar-se com a condição de vítima submissa ou rebelde.

O Estado nacional pós-independência foi o responsável pelo surgimento de uma organização burocrática mais complexa do que a do período precedente, exigindo maior autonomia do campo intelectual e uma política de formação de quadros especializados para ocupar as mais altas posições

na hierarquia burocrática - a criação dos cursos de Direito nas Faculdades de São Paulo e de Recife, em 1827, bem atestam essas novas intenções. Nesse primeiro momento, surge, no Brasil, uma camada intelectual que, apesar de reduzida, será responsável pela formulação de princípios políticos e pela organização de procedimentos burocráticos para o funcionamento do Estado⁷.

Os intelectuais brasileiros se atribuem a missão de construir e organizar a nação. O melhor exemplo desse projeto é a obra de José de Alencar (1829-1877) cuja intenção era recriar, através de seu imaginário, a diversidade da sociedade e das manifestações culturais brasileiras. Nos romances, Alencar remete os leitores a diversos espaços brasileiros - urbanos e rurais - através da descrição dos hábitos e costumes de seus habitantes. Sua narrativa, absorvendo características dos gêneros lírico, épico e dramático, incorpora neologismos e indigenismos no tratamento da temática nativista relacionada às lendas e mitos ameríndios. Em seu projeto de construir uma língua brasileira diferente da lusitana, o autor considera, com humor, no prefácio *Bênção Paterna*, que escreveu para o romance *Sonhos D'Ouro*: “O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a nêspêra?”

É importante observar que, a partir de 1850, o Imperador Pedro II passou a tomar parte de um projeto cujas principais intenções seriam também destacar uma memória e uma cultura brasileiras. Se, no plano da política externa, uma monarquia encravada bem dentro do continente americano gerava desconfiança, também internamente era necessário criar uma identidade para a nação que se formava. Pode-se entender, dessa maneira, a fundação apressada, ainda na época de d. Pedro I, das duas faculdades de Direito, em 1827 - uma em Olinda, outra em São Paulo - a reformulação das escolas de Medicina, em 1830, assim como a criação de um estabelecimento dedicado às “letras brasileiras”. Em 1838, formou-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - congregando as elites econômica e literária cariocas - que abrigará, posteriormente, os escritores românticos brasileiros. Após a maioridade, o jovem monarca Pedro II passará a tornar-se freqüentador assíduo dessa instituição, incentivando as pesquisas do grupo que se formava. A partir dos anos 50, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro começará a afirmar-se como um centro de estudos bastante ativo, estimulando a vida intelectual e funcionando como um elo entre esta e os meios oficiais. O Imperador é visto como uma espécie de mecenas das artes, em virtude de sua perseverança na idéia de conferir autonomia cultural ao país.

É nesse contexto, em que o Imperador passa a imiscuir-se cada vez mais na vida intelectual de seu Império, que o

⁷ “Muitos desses atores sociais envolveram-se também em manifestações estéticas, sobretudo literárias, como José de Alencar, Araújo Porto Alegre, Gonçalves de Magalhães, Francisco Adolfo de Varnhagen dentre outros. A literatura é, nesse momento, a expressão dos Estados Nacionais por excelência, comprometida com o projeto de construção da nacionalidade. Por isso, sempre pronta a abraçar causas e ideias, a literatura é dotada de um caráter militante e documental”. (Veloso e Madeira: 1999, p. 71).

IHGB será eleito como seu local de predileção: composto, em sua maior parte, pela “boa elite” da Corte e de alguns literatos selecionados, que se encontravam sempre aos domingos e debatiam temas previamente escolhidos, o IHGB pretendia “fundar” a história do Brasil, tomando como modelo uma história de vultos e grandes personagens sempre exaltadas como heróis nacionais. Esse esforço revela uma tentativa de não deixar mais ao gênio especulador dos estrangeiros a tarefa de escrever a nossa história. Por meio, portanto, do financiamento direto, do incentivo ou do auxílio a poetas, músicos, pintores e cientistas, d. Pedro II estimulava esse grande projeto que implicava, além do fortalecimento da monarquia e do Estado, o desejo de unificação cultural da nação.

Coube ao monarca, em uma de suas participações efetivas no IHGB, a seguinte proposta de debate: “O estudo e a imitação dos poetas românticos promovem ou impedem o desenvolvimento da poesia nacional?”. Era assim que o Imperador lançava as bases para uma atuação que lhe daria a fama e a imagem de mecenas e de sábio imperador dos trópicos. Seguindo o exemplo de Luís XIV, o monarca formava a sua corte, ao mesmo tempo em que elegia historiadores para cuidar da memória, pintores para guardar e enaltecer a nacionalidade e literatos para imprimir tipos que a simbolizassem. (Schwarcz:1999). O romantismo aparecia como o caminho favorável à expressão própria da nação recém-fundada, pois fornecia concepções que permitiam afirmar tanto a universalidade como a particularidade - e, portanto, a identidade.

Na realização desse plano, tornou-se decisiva a formação de um grupo de jovens escritores brasileiros. Os escolhidos haviam residido em Paris, entre 1832 e 1838, e foram bem acolhidos por intelectuais franceses que haviam morado no Brasil e faziam parte do *Institut Historique*. Esses jovens publicaram os dois únicos números da revista *Niterói*, considerada como um marco do romantismo brasileiro. Seguindo o lema “Tudo pelo Brasil e para o Brasil”, os organizadores da revista previam a busca e a exaltação das originalidades locais. No título *Niterói*, ficava evidente o programa nativista, anunciado, já no primeiro número, por Domingos José Gonçalves de Magalhães, um dos protegidos do Imperador. O nome fora descoberto na narrativa do francês Thever, viajante do século XVI, e tencionava indicar aos brasileiros que a fonte de inspiração da nova literatura seria a cultura indígena.

Com Magalhães, conviviam Manuel de Araújo Porto Alegre (1816-78), menos conhecido por sua vida literária do que por sua atuação na Academia de Belas-Artes; Joaquim

Norberto de Sousa Filho (1820-91), Joaquim Manuel de Macedo (1820-82), Gonçalves Dias (1823-64) - considerado por Antonio Candido como único autor de real qualidade literária desse grupo - e Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-78), fundador da historiografia brasileira, formando a constelação imediatamente vinculada ao imperador. Esses escritores passaram a freqüentar o IHGB, a partir de 1840, e a divulgar suas idéias através da revista do Instituto. O caráter oficial e respeitável do estabelecimento beneficiou a aceitação desse projeto de renovação literária, sobretudo em função da presença constante do Imperador, nas reuniões. Entretanto, ao escolher alguns escritores, d. Pedro II necessariamente excluiu outros, o que provocou desagrado entre aqueles que não se sentiram prestigiados. Delineia-se, assim, na monarquia de d. Pedro II, as bases de uma “política literária”.

É nesse contexto que Gonçalves de Magalhães publica *A confederação dos tamoios* (1856), obra diretamente financiada por d. Pedro II e aguardada como o grande documento de demonstração de “validade nacional” do tema indígena. José de Alencar, apesar de vinculado indiretamente ao grupo, teceu, nessa época, sérias críticas ao livro de Magalhães, adotando o pseudônimo de “Ig”. Afirmava, entre outras coisas, que os indígenas da *Confederação dos Tamoios* poderiam figurar em um romance árabe, chinês ou europeu. Sua ironia desagradou ao imperador que, sob o pseudônimo de “O Outro Amigo do Poeta”, escreveu artigos de apoio a Magalhães, no *Jornal do Commercio*.

Também na política, Alencar se desentenderia com d. Pedro II: eleito deputado e, depois, Ministro da Justiça, o escritor tanto se opôs à política oficial que o Imperador foi à desforra: em 1869, sendo Alencar o mais votado dos candidatos ao Senado, teve seu nome vetado pelo monarca que, através desse ato, revidava também as duras críticas feitas pelo escritor cearense à obra indianista de Magalhães. As insatisfações de José de Alencar por não pertencer à confraria do Imperador e ver reconhecido oficialmente o mérito de sua obra - a mais bela do nacionalismo literário romântico - tornaram-lhe a maturidade amarga, desencadeando o que ele próprio chamou de sua “velhice literária”.

Apesar das intenções marcadamente nacionalistas, observamos na obra de Alencar uma dupla vinculação⁸: por um lado, o intelectual e artista da nação colonizada, que se revolta contra certos espelhos estrangeiros, respondendo a essas imagens inferiorizantes com um retrato enaltecido do Brasil; por outro, seu forte enraizamento na sociedade de seu tempo, impedindo-o de pensar a nação fora das relações senhoriais e dos esquemas de servidão que as sustentavam.

⁸ Para Schwarcz (1992), na tentativa de conciliar os moldes europeus às especificidades nacionais, Alencar ter-se-ia equivocado mais de uma vez em seus romances: a sociedade fluminense é referida sucessivamente como elegante, atrasada e vil, sem que seja assinalada a contradição. Também o narrador nem é sempre o mesmo: ora fala a linguagem conivente do cronista urbano, ora fala como estudioso das leis do coração e da vida social, ora é um duro moralista, ora um homem evoluído, ciente do provincianismo brasileiro, ora, enfim, é respeitador dos costumes vigentes. Para o crítico, a ficção realista de Alencar é inconsistente em seu centro, mas a sua inconsistência reitera, em forma depurada e bem desenvolvida, a dificuldade essencial de nossa vida ideológica, da qual ela é o efeito e a repetição.



Ciente de suas responsabilidades - de família tradicional, de filho de político respeitado, de bacharel em direito, de homem de letras - sua literatura toda é voltada para o espírito de reforma: empenha-se pelo apuro de uma língua portuguesa em direção a uma expressão brasileira; realiza crítica social, quando toma por alvo os costumes cortesãos, que apagavam a espontaneidade da vida rural e lançavam ao esquecimento a saudável existência da família tradicional. Por isso, sua conciliação estética transformou radicalmente o modo de ver e de conceber a cultura brasileira.

Com o desenvolvimento da vida social e a incorporação de hábitos urbanos, o campo intelectual brasileiro adquire uma complexidade sem precedentes, pois incrementam-se as instituições sociais e as atividades da imprensa. Surgem, na capital e nas províncias, novos jornais e revistas literárias, importantes focos de difusão de idéias e a literatura encontra uma dinâmica e um ritmo de produção crescentes em todos os gêneros: poesia, ficção, ensaística e historiografia. Entretanto, se, por um lado, a cidade buscava se “refinar” mediante o consumo de idéias e mercadorias européias, o que se via concretamente era desanimador: os negros permaneciam descalços como sinal do estatuto servil, ruas infectas exalavam mau cheiro constantemente. O analfabetismo grassava e a educação das mulheres, limitada aos rudimentos de francês e de música, destinava-as, conformadamente, ao casamento. Nesse universo doméstico, mulheres, crianças e escravos, compartilhando a vida em comum, estavam fadados a uma existência limitada, sem perspectiva de aprendizagem e crescimento. A complexidade de relações entre senhores e escravos era tal que, se, por um lado, eram veiculadas idéias abolicionistas, por outro lado, a banalidade da escravidão também produzia idéias antiabolicionistas, baseadas em imagens menos degradantes da vida doméstica. Muitas vezes, estabeleciam-se relações de favor entre proprietários e cativos para a manutenção do domínio: os senhores tornavam-se padrinhos dos filhos de seus escravos ou de filhos de escravos de outros proprietários. (Germano: 2001).

Os anos do Segundo Império são de contradição visível entre o ideário da liberdade individual, apregoado pelos ingleses, agora interessados em atender às necessidades do industrialismo, e os valores oriundos da realidade econômica arcaica em que vivia a sociedade brasileira. A elite local era constituída por oligarquias provinciais vinculadas à terra: proprietários de grandes latifúndios, por toda a extensão do país, viviam da exploração do café, dos engenhos de açúcar e da criação de gado. Esses senhores de terra, representantes dos interesses de suas lavouras e negócios, decidiam os destinos do país nos gabinetes e pastas

ministeriais, em geral por intermédio dos filhos bacharéis, eleitos para as legislaturas. Cultivavam-se o bacharelismo e a supervalorização dos “doutores”, deslocando-se os filhos das elites agrárias para os centros urbanos em busca de instrução. Dessa forma, apresenta-se a circulação das elites, com a lenta substituição dos senhores rurais pelos homens letrados, geralmente ligados à máquina administrativa e política e às profissões liberais.

BIBLIOGRAFIA

- BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CANDIDO, A. “Os Três Alencares”. In: _____. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. v. 2. Belo Horizonte: Editora Itatiaia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1959.
- CANDIDO, A. *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.
- HAUSER, A. *História social da literatura e da arte*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- LIMA, L. C. A narrativa na escrita da história e da ficção. In: *A aguarrás do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- MAINGUENEAU, D. *O contexto da obra literária: enunciação, escritor, sociedade*. 2ª. ed. Trad. Maria Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MENEZES, R. de. *José de Alencar: literato e político*. São Paulo: Martins Fontes: 1965.
- ROLAND, A. M. *Fronteiras da palavra, fronteiras da história*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.
- SANTIAGO, S. *Uma literatura nos trópicos*. Ensaios sobre dependência cultural. Petrópolis: Vozes, 1984.
- SCHWARCZ, L. M. *As Barbas do Imperador*. D. Pedro II, um monarca dos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SEVCENKO, N. *Literatura como missão*. São Paulo: Duas Cidades, 1997.
- SODRÉ, N. W. *Panorama do Segundo Império*. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.
- VELLOSO, M. e MADEIRA, A. *Leituras Brasileiras*. Itinerários no pensamento social e na literatura. São Paulo: Paz e terra, 1999.

